



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)  
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA**

**ARLÊDO GONÇALVES DO LIVRAMENTO**

**A RELAÇÃO ENTRE ARQUIVOLOGIA E SEMÂNTICA NA REPRESENTAÇÃO  
ARQUIVÍSTICA.**

**BELÉM  
2019**

**ARLÊDO GONÇALVES DO LIVRAMENTO**

**A RELAÇÃO ENTRE ARQUIVOLOGIA E SEMÂNTICA NA  
REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA.**

Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito para a obtenção do grau e Bacharel em Arquivologia do curso de Arquivologia ofertado pela Universidade Federal do Pará.

**Orientador:** Gilberto Cândido Gomes

**BÉLEM/PA  
2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS (ICSA)  
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA**

**ARLÊDO GONÇALVES DO LIVRAMENTO**

**A RELAÇÃO ENTRE ARQUIVOLOGIA E SEMÂNTICA NA  
REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Msc. Gilberto Cândido Gomes**

---

**Msc. Daniel Libonati**

---

**Msc. Glenda Monteiro**

Belém

2019

## RESUMO

Este trabalho aborda a temática da ciência da informação e sua relação com outras áreas de conhecimento, especificamente as áreas da linguística e da arquivologia, por meio de uma pesquisa teórica, bibliográfica de abordagem qualitativa a partir de uma pesquisa de cunho exploratório e descritivo. Tem como objetivo geral estabelecer relações entre a arquivologia e a semântica no momento da representação arquivística. Para tanto, usamos de alguns teóricos das três áreas de conhecimento acima citadas, a saber Saracevic (1992), Almeida, Bastos e Bittencour (2007) que discutem a interdisciplinaridade na Ciência da Informação, Araújo (2011) que discorre sobre a relação existente entre a Ciência da Informação e a Arquivologia, Herrera (1991) e Lopez (2002) contribuem nesta pesquisa ao falar sobre os aspectos da gestão documental na arquivologia, com foco na etapa de descrição de documentos de arquivo por meio da Norma Internacional de Descrição Arquivística- ISAD(G), Chaumier (1971) que disserta sobre uma análise documental de conteúdo e Marchuschi (1998) e Koch (2004) que apresentam uma nova abordagem sobre a elaboração do texto, levando em conta características políticas, históricas e sociais. Uma vez percorrido sobre as questões acima, argumentamos através de quadros comparativos de análise, que o processo de representação da informação, por meio da norma ISAD(G), é interdisciplinar e dependerá de quem faz a leitura e análise documental de conteúdo, devendo atentar-se a aspectos semânticos e escolhas lexicais. Espera-se com este trabalho, contribuir com um melhor aporte no campo da arquivologia, no sentido de promover sua interlocução com outros campos científicos distintos, mas que se complementam dentro da área de saber da Ciência da Informação.

Palavras Chave: Ciência da Informação, Arquivologia, Linguística, Semântica, Representação Arquivística.

## Abstract

This paper seeks to address the information science area and its relation with other areas of knowledge, specifically the areas of linguistics and archivology, through a theoretical and bibliographical research of a qualitative approach based on an exploratory and descriptive research. It has as a general objective to establish connections between the archivology and the semantics in the moment of the archival representation. Therefore, we use some theorists from the three areas of knowledge mentioned above, namely Saracevic (1992), Almeida, Bastos and Bittencour (2007) who discuss interdisciplinarity in Information Science, Araújo (2011), who discusses the relation between the Information Science and Archives, Herrera (1991) and Lopez (2002) contribute in this research when talking about the aspects of the documentary management in the archivology, focusing on the stage of description of archival documents by means of the General International Standard Archival Description) ISAD (G), Chaumier (1971) who discusses a documentary analysis of content and Marchuschi (1998) and Koch (2004) who present a new approach to writing the text, taking into account political, historical and social characteristics. Once deliberated on the above issues, we discuss through comparative analysis tables, that the information representation process, through the ISAD (G) standard, is interdisciplinary and will depend on who does the reading and documentary analysis of content, semantic aspects and lexical choices. The aim of this work is to collaborate with a better contribution in the field of archivology, in order to promote its interlocution with other distinct scientific fields, but which complement each other within the area of Information Science.

Keywords: Information Science, Archiving, Linguistics, Semantics, Archival Representation.

## **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 1-</b> Análise Documental de Conteúdo e a Linguística Textual.....	25
<b>QUADRO 2 –</b> Elementos Essenciais da ISAD(G) e a Linguística Textual.....	26
<b>QUADRO 3 –</b> Análise Documental de Conteúdo, Elementos Essenciais da ISAD(G) e a Linguística Textual.....	29

## SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	8
2 - A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO e A RELAÇÃO COM OUTRAS ÁREAS DE CONHECIMENTO E A ARQUIVOLOGIA.....	11
3 - ARQUIVOLOGIA E A GESTÃO DOCUMENTAL: A DESCRIÇÃO.....	15
3.1 - NORMA GERAL INTERNACIONAL DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA – ISAD(G).....	16
4 - ANÁLISE DOCUMENTAL DE CONTEÚDO .....	22
5 - SEMÂNTICA TEXTUAL.....	24
6 - PROCESSO DE DESCRIÇÃO: DIÁLOGOS ENTRE A SEMÂNTICA TEXTUAL, ANÁLISE DOCUMENTAL DE CONTEÚDO E ISAD(G).....	27
REFERENCIAS.....	37

## 1. INTRODUÇÃO

O homem sempre buscou diferentes maneiras de registrar sua passagem pela história. Nesse sentido, nada foi mais revolucionário para a humanidade do que o surgimento da escrita.

A escrita como conhecemos nos dias de hoje, foi resultado de um longo e engenhoso processo evolutivo, que começou com o homem primitivo e foi tomando novos rumos, tornando-se uma espécie de representação das ideias e do conhecimento produzido pelo homem, que posteriormente começou a materializar está escrita em diferentes suportes.

Logo, o ato de registrar a informação teve como reflexo os documentos de arquivo que são representações das atividades humanas. Nesse sentido, os suportes desses registros, assim como a escrita, também passaram por constantes evoluções e modernizações dos meios tecnológicos, surgindo assim a necessidade de salvaguardá-los, tendo como base a Gestão Documental, que abarca as funções do fazer Arquivístico como: Descrição, Avaliação, Classificação, Preservação/conservação, Produção, Aquisição e Difusão/acesso. Essas etapas do fazer arquivístico, sofreram mudanças teórico metodológicas a medida que o campo da arquivologia foi evoluindo.

A representação arquivística, visa garantir ao documento de arquivo métodos corretos de descrever as informações mais pertinentes e posteriormente, facilitar sua recuperação.

Ao analisarmos o texto do documento de arquivo, faz-se uso de uma análise documental de conteúdo, que tem como objetivo a identificação, verificação e a apreciação de documentos, baseada em 2 (duas) etapas: Analítica e Sintética. Síntese, condensação e tradução. Quando efetuamos as duas etapas anteriores, nos deparamos com diversas palavras que juntas nos fornecem informações. Essas mesmas palavras são analisadas do ponto de vista Linguístico, mais especificamente de um determinada área da linguística: A semântica.

A semântica tem como objetivo o estudo dos significados das palavras, pertencentes a uma língua. O profissional arquivista, faz uso da semântica, em um primeiro momento no ato de ler o documento de arquivo e em um segundo momento, no ato de representar as informações do documento arquivístico.

Esta pesquisa entende que a arquivologia e a semântica, em consonância, fornecem subsídios fundamentais para uma representação arquivística adequada para acesso e uso da informação.

Nesse sentido, traz como **problema** como utilizar a semântica na representação arquivística?

O presente trabalho tem como **objetivo geral** abordar relações entre a arquivologia e semântica, no momento da representação da informação arquivística e sua posterior recuperação.

Os **objetivos específicos** deste trabalho são:

Entender as etapas de uma análise documental de conteúdo e

Identificar os aspectos semânticos no processo de representação arquivística;

Destarte, para atingir os objetivos apresentados, procurou-se utilizar as seguintes **metodologias**: teórica, bibliográfica de abordagem qualitativa a partir de uma pesquisa de cunho exploratório e descritivo, abordando teóricos da área tanto da arquivologia, quanto da semântica, fazendo uma relação entre suas teorias através de quadros comparativos de categorias de análise.

O trabalho tem como **justificativa** um melhor aporte no campo da arquivologia, no sentido de promover sua interlocução com outros campos científicos distintos, mas que se complementam dentro da área de saber da Ciência da Informação.

A presente pesquisa está estruturada da seguinte forma:

No capítulo II, abordaremos a relação da Ciência da Informação com outras áreas do conhecimento, dando ênfase a Arquivologia

No Capítulo III, discorreremos sobre a Arquivologia e a Gestão De Documentos, colocando em foco a prática da Descrição Documental

No Capítulo IV, levantaremos discussão sobre a Análise Documental de Conteúdo e suas fases Analítica e Sintética, focando na fase Sintética e seus processos.

No Capítulo V, falaremos sobre a Semântica Textual e suas fases Transfrásticas, das Gramáticas Textuais e Elaboração de uma Teoria do Texto, dando destaque a esta última.

No Capítulo VI, faremos uma relação entre a análise documental de conteúdo e a Linguística Textual, em seguida dos elementos obrigatórios da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD(G) e a linguística textual e finalizaremos

fazendo uma aparato geral de relação entre a análise documental de conteúdo, dos elementos obrigatórios da ISAD(G) e a linguística textual.

## **2- A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A RELAÇÃO COM OUTRAS ÁREAS DE CONHECIMENTO E A ARQUIVOLOGIA.**

A informação permeia qualquer área de conhecimento existente, sendo usada como objeto de estudo em todos os campos do conhecimento científico de acordo com seus respectivos anseios.

A Ciência da informação progride a partir das evoluções tecnológicas da humanidade. Vários campos científicos foram crescendo e se desenvolvendo a partir de alguns eventos históricos, como por exemplo a Revolução Industrial e a 2ª Guerra Mundial. Ao passo em que os campos científicos evoluíam, a maneira como o homem encarava as informações decorrentes dessas evoluções, também evoluiu.

De acordo com Almeida, Bastos e Bittencour (2007, p. 73) “a ciência da informação, depende de organismos sociais que defendam e ampliem suas fronteiras teóricas e práticas”, ou seja, a ciência da informação por si só, não seria capaz de suprir as necessidades de tratamento e uso da informação, ela precisa relacionar-se com outras áreas de conhecimento, a fim de elaborar novas práticas, teorias e métodos.

Ressalta-se, particularmente uma, das considerações feitas por Saracevic (1996 p. 100), sobre a ciência da informação, de que a mesma é “...por natureza, interdisciplinar, embora suas relações com outras disciplinas estejam mudando”, percebe-se com isso, que a própria ciência da informação também está em constante evolução, uma vez que a forma como ela se relaciona com outras áreas de conhecimento, também se modifica.

De acordo com Bicalho e Oliveira (2011 p. 24) tomando como embasamento o conceito formulado por Japiassu e Marcondes (1991 p. 54), a interdisciplinaridade seria “um método de pesquisa, capaz de promover uma interação entre duas ou mais disciplinas”. Japiassu e Marcondes (1991 p. 54) definem essa interação como algo que pode ir “da simples comunicação das ideias até a integração mútua de conceitos, da epistemologia, da terminologia, metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa”

A interdisciplinaridade é recorrente na Ciência da Informação uma vez que seus arcabouços teóricos, metodológicos e práticos, advém de contribuições de vários profissionais formados em diferentes áreas de conhecimento, que se reuniram nos primeiros congressos e encontros científicos, com a finalidade de trocar informações

e formas de resolver problemas advindos da evolução da sociedade e dos meios de informação.

Nas palavras de Seracevic (1996 p. 100), sobre esses encontros, destaca-se que “entre pioneiros havia engenheiros, bibliotecários, químicos, linguistas, filósofos, psicólogos, matemáticos, cientistas da computação, homens de negócios e outros, vindos de diferentes profissões ou ciências”.

A própria Ciência da Informação, também eclodiu durante um período em que o pensamento científico estava em transição, de uma ciência de pensamento clássico, para uma ciência de pensamento contemporâneo ou pós-moderno, a partir da segunda metade do século XX. Alia-se a isso, o fato de que com as constantes evoluções tecnológicas da humanidade, surgiram novos problemas sociais que precisavam de novas formas de abordagens e métodos para suas conclusões, logo:

a ciência da informação, que nasceu no seio de uma sociedade multifacetada e complexa, é um campo constituído por múltiplas inserções que fazem interfaces com outros campos e áreas do conhecimento; esses, por sua vez, são também perpassados por multiplicidades de fenômenos. É uma realidade complexa a exigir da Ciência da Informação um constante diálogo com essas outras áreas, o que coloca em evidência sua necessidade de aptidão para refletir, acatar ou refutar, e mesmo gestar aportes advindos das áreas. (SILVA, 2008)

A própria característica interdisciplinar da Ciência da Informação, faz com que alguns teóricos procurem estudar, como se dá essa interdisciplinaridade nas diferentes relações que cada campo científico faz com outro. Nas palavras de Freire (2006, p. 12), são:

“Estudos epistemológicos que buscam mapear as relações entre a ciência da informação e outras ciências. Estas relações são dinâmicas e podem ser mais fortes em determinados tempo e espaço com algumas áreas científicas, enquanto com muitas outras serão fracas ou ainda irão surgir pontos de interseção.

Sendo essas relações interdisciplinares da ciência da informação, objeto de estudo de várias pesquisas, uma dessas relações a serem abordadas neste trabalho, trata da área da Arquivologia e a Ciência da Informação.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005 p. 37) a Arquivologia é uma “disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e

técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos. Também chamada arquivística.”

Ambas tem grande relação, na medida em que a Arquivologia está ligada, de acordo com Araújo (2011 p. 117) “ao surgimento dos suportes escritos do conhecimento humano”, e nestes suportes encontram-se as informações, objeto de estudo da Ciência da Informação.

Outro fator que conecta, a arquivologia a Ciência da Informação, está pautada na ocupação dos espaços científicos pela arquivologia, dentro da Ciência da Informação.

De acordo com Araújo (2011 p. 117), “a arquivologia ocupou quatro tipos de espaços formativos institucionais: escolas de Paleografia e Diplomática, de CI, de Biblioteconomia e de História”.

Araújo (2011 p. 118) afirma que “A CI, uma vez instalada institucionalmente (...) teve condições de oferecer à Arquivologia um espaço legitimado de constituição disciplinar (...)”, ou seja, a medida em que a Ciência da Informação adentrou as instituições de ensino, sobretudo nas universidades, a Arquivologia tornou-se uma das fontes teóricas da Ciência da Informação. No contexto brasileiro a afirmação acima ganha mais veracidade uma vez que Araújo (2011 p. 118) nos diz que “No Brasil, as mesmas escolas, faculdades e departamentos de Biblioteconomia que abrigaram programas de pós-graduação em CI (...) passaram a ser um espaço efetivo para a construção de Cursos de Arquivologia (...)”.

Tomando como base os fatores acima descritos, as relações entre Arquivologia e a Ciência da Informação, possibilitaram vantagens a ambos os campos científicos, na medida em que, segundo Araújo (2011 p. 118):

a CI ofereceu à Arquivologia possibilidade de construção de conhecimentos propriamente científicos, indo além da dimensão de produção de manuais de “como fazer”. Ao mesmo tempo, abriu portas para que a Arquivologia problematizasse questões que vão além da instituição arquivo: as políticas de informação, os arquivos pessoais, as realidades documentais não tratadas do ponto de vista arquivístico, entre outras. Ao mesmo tempo, a Arquivologia trouxe para a CI não apenas um rico acúmulo de técnicas, conceitos e visões sobre os documentos arquivísticos, mas também ideias sobre a organicidade e o ciclo de vida dos documentos, sobre patrimônio e memória, sobre a historicidade dos registros do conhecimento humano para todas as disciplinas científicas pertencentes ao campo das ciências humanas e sociais (afinal, a historicidade é uma marca distintiva de todos os fenômenos humanos, portanto dimensão incontornável de todas as ciências sociais e não apenas da História).

Nota-se com isso não apenas uma simples relação de ambas as áreas, mas sim uma troca de saberes, métodos e problemas a serem debatidos e resolvidos tomando como base contextos sócias, políticos e econômicos.

Assim, o próximo tópico do presente trabalho, propõem uma abordagem sobre uma das etapas do processo arquivístico, proveniente do campo da ciência da arquivologia: O processo de descrição da informação arquivística.

### 3. ARQUIVOLOGIA E A GESTÃO DOCUMENTAL: A DESCRIÇÃO.

A gestão de documentos abarca várias etapas do fazer arquivístico: Descrição, Avaliação, Classificação, Preservação/ conservação, Produção, Aquisição e Difusão/acesso. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

À âmbito nacional, a regulamentação sobre gestão documental perpassa pela Lei Federal nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, conceituando esta teoria da seguinte forma, no:

Art. 3º - Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

Cada uma destas etapas está ligada a outra no processo do fazer arquivístico e necessitam da supervisão de um profissional arquivista. Para usar deste trabalho, colocaremos em foco a etapa de descrição dentro da gestão documental.

Segundo Heredia Herrera (1991, p. 300):

“[...] a descrição é a análise realizada pelo arquivista sobre os fundos e os documentos de arquivo agrupados natural ou artificialmente, com objetivo de sintetizar e condensar a informação neles contidas para oferece-las aos interessados [...] ela é a ponte que comunica o documento com os usuários. Na cabeceira da ponte está o arquivista que realiza uma tarefa de análise que supõe identificação, leitura, resumo e indicação que transmite ao usuário para que este inicie a recuperação em sentido inverso a partir dos índices.

Sendo assim, a descrição é uma etapa de representação da informação, trata-se de um conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa.

Vale ressaltar que, a etapa de descrição dos documentos só consegue atingir plenamente seus objetivos mediante uma correta etapa de classificação. Sendo assim, a descrição é proveniente do processo de classificação e de avaliação.

De acordo com Lopez (2002, p.12) “A organização arquivística de qualquer acervo pressupõe não apenas as atividades de classificação, mas também as de descrição.” Destarte, Lopez (2002, p.12) ainda afirma que “(...) a classificação arquivística, desprovida das atividades de descrição, somente é inteligível para as

peças que organizaram o acervo”, uma vez que ambas se complementam, já que a classificação produz uma representação do contexto do documento, enquanto a descrição possibilita a elaboração de instrumentos de pesquisa facilitando a recuperação da informação do documento de arquivo.

Com o intuito de uniformizar a etapa de descrição de documentos de arquivos e proporcionar uma melhor qualidade no acesso de documentos por partes de pesquisadores, estudiosos, profissionais e sociedade o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) publicou quatro normas de descrição arquivística: *General International Standard Archival Description* ou Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G) em 1994, Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias - ISAAR(CPF) em 1996, Norma Internacional para a Descrição de Funções (ISDF) em 2007 e a Norma Internacional Para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH) em 2008. Essas normas versam sobre instrumentos de pesquisa, que são os principais elementos de acesso aos arquivos.

Normas para descrição de documentos arquivísticos visam garantir descrições sólidas e pertinentes, foram produzidas para descrever os documentos arquivísticos, tanto em organizações públicas ou privadas, famílias e pessoas físicas ou para instituições de qualquer natureza, de acordo com o contexto de cada país, observando suas respectivas características culturais, históricas, administrativas, políticas e sociais.

No que concerne a normas de descrição arquivística brasileiras, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, criou a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA) criada pela portaria n. 56, de 30/9/2001, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), com a finalidade de propor normas que baseadas na ISAD(G) e a ISAAR(CPF). Nesse sentido, nasce a Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE, que tem como objetivo:

“estabelecer diretrizes para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD(G) e ISAAR(CPF), e tem em vista facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. Embora voltada preferencialmente para a descrição de documentos em fase permanente, pode também ser aplicada à descrição em fases corrente e intermediária. NOBRADE (2006 p.10)

Destarte, vale ressaltar que a NOBRADE, trata-se de uma **adaptação** das normas ISAD(G) e ISAAR(CPF) e não uma **cópia fiel**, uma vez que, de acordo com Costa e Madio (2016, p. 450):

“Os países por sua vez vêm, já há algumas décadas, aprimorando normas de descrição arquivística, observando as especificidades de cada governo, entidades públicas, contexto político, econômico, histórico e cultural de produção do patrimônio documental, bem como as demandas exigidas pela sociedade em relação à informação mantida pelas instituições arquivísticas.”

Inúmeras são as vantagens de se padronizar a descrição de documentos de arquivos, dentre as quais de acordo com a NOBRADE (2006, p.10), podemos destacar:

- Proporcionar maior qualidade ao trabalho técnico;
- Contribui para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas;
- Influem no tratamento técnico realizado pelas entidades custodiadoras,
- As normas habilitam o pesquisador ao uso mais ágil de instrumentos de pesquisa que estruturam de maneira semelhante a informação

Em contrapartida, quando a atividade de descrição é negligenciada, corre-se o risco de acordo com Lopez (2002, p. 12) “criar uma situação análoga à do analfabeto diante de um livro, que ele pode pegar e folhear, mas ao qual não pode ter acesso completo por não possuir meios que lhe permitam compreender a informação”.

Em se tratando de instituições privadas, embora exista, de forma menos presente, um apelo histórico da preservação e descrição de seus documentos, a principal característica destas empresas é a **competitividade** existente entre elas. E para uma empresa se manter à frente de outras, no atual mundo globalizado, ela precisa ter em mãos a informação precisa e no momento certo, no intuito de resolver problemas ou aproveitar oportunidades.

Já em relação a instituições públicas, o tratamento da documentação está voltado para uma maior eficiência na identificação e descrição das informações referentes aos seus documentos arquivísticos, com uma perspectiva de preservação

do patrimônio documental visando uma melhor difusão da memória institucional para sociedade, pesquisadores, cientistas etc.

Nas palavras de Paes (1997, p. 120):

“apesar de os arquivos serem conservados primariamente para fins administrativos, constituem base fundamental para a história, não apenas do órgão a que pertencem, mas também do povo suas relações sociais e econômicas”

Independente dos motivos que levem uma organização, seja ela pública ou privada, a implantar uma gestão documental, todas elas tem algo em comum, um melhor uso das informações institucionais.

Logo, esse uso correto é possível graças a **instrumentos de pesquisas**, provenientes do fazer arquivístico de classificação e descrição. De acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, p.45), instrumentos de pesquisa podem ser:

“obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes num arquivo permanente, com a finalidade de controle e de acesso ao acervo.”

A descrição de arquivos, quando aliada as etapas de classificação e avaliação, fornecem subsídios essenciais para uma boa representação da informação arquivística, presentes nos instrumentos de pesquisa.

Ressalta-se que para efeitos deste trabalho foi usada apenas a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G) e no sub-tópico seguinte, abordaremos sua história, função, objetivos, áreas a serem preenchidas, ressaltando os seis (6) elementos obrigatórios da norma.

### 3.1 - NORMA GERAL INTERNACIONAL DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA – ISAD(G)

Os primeiros esboços da Norma Geral de Descrição Arquivística – ISAD(G), começaram em 1988 em Ottawa, no Canadá.

Naquele ano a Comissão Internacional de Arquivos - (CIA) organizou uma reunião internacional de especialistas em normas descritivas, o que resultou em um

grupo de trabalho com o intuito de conceber um projeto de padronização internacional de descrição arquivística.

Entre os anos seguintes de 1990 e 1992 foram realizadas reuniões, no intuito de discutir e desenvolver uma primeira versão da ISAD (G) pelo grupo de trabalho responsável pela norma, que mais tarde, em 1996, se tornou um comitê permanente no Congresso Internacional de Arquivos realizado em Pequim, na China.

A primeira versão da ISAD (G) foi publicada em 1994 em Ottawa, no Canadá, com o apoio financeiro da UNESCO. Nesse mesmo ano, o Comitê de Normas de Descrição assumiu o processo de revisão da ISAD(G) como principal tarefa a realizar entre 1996-2000.

A revisão foi terminada na terceira reunião da plenária do Comitê, em Estocolmo na Suécia, e oferecida para publicação em Setembro de 2000, e foi disponibilizada para todos os interessados no XIV Congresso Internacional de Arquivos, em Sevilha, na Espanha.

Após a conclusão da ISAD(G) e a sua publicação, pode-se identificar que a norma foi elaborada com os objetivos, segundo Conselho Internacional De Arquivos. ISAD(G) (2000, P.11) de:

- a) assegurar a criação de descrições consistentes, apropriadas e autoexplicativas;
- b) facilitar a recuperação e a troca de informação sobre documentos arquivísticos;
- c) possibilitar o compartilhamento de dados de autoridade; e
- d) tornar possível a integração de descrições de diferentes arquivos num sistema unificado de informação.

Para que esses objetivos apresentados pela ISAD(G) fossem atingidos, eles foram subdivididos em multinível de descrição contendo 7 áreas e 26 elementos, sendo apresentado da seguinte forma:

- 3. ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO
- 3.1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO
- 3.1.1 Código(s) de referência
- 3.1.2 Título
- 3.1.3 Data(s)
- 3.1.4 Nível de descrição
- 3.1.5 Dimensão e suporte
- 3.2 ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO
- 3.2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)
- 3.2.2 História administrativa/Biografia

- 3.2.3 História arquivística
  - 3.2.4 Procedência
  - 3.3 ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA
    - 3.3.1 Âmbito e conteúdo
    - 3.3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade
    - 3.3.3 Incorporações
    - 3.3.4 Sistema de arranjo
  - 3.4 ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO
    - 3.4.1 Condições de acesso
    - 3.4.2 Condições de reprodução
    - 3.4.3 Idioma
    - 3.4.4 Características físicas e requisitos técnicos
    - 3.4.5 Instrumentos de pesquisa
  - 3.5 ÁREA DE FONTES RELACIONADAS
    - 3.5.1 Existência e localização dos originais
    - 3.5.2 Existência e localização de cópias
    - 3.5.3 Unidades de descrição relacionadas
    - 3.5.4 Nota sobre publicação
  - 3.6 ÁREA DE NOTAS
    - 3.6.1 Notas
  - 3.7 ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO
    - 3.7.1 Nota do arquivista
    - 3.7.2 Regras ou convenções
    - 3.7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)
- (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G) 2000, p.67).

Nesse sentido cada área se refere como exemplificado do seguinte modo: 3.1 – Área de Identificação, local onde se registram, de maneira específica, as informações essenciais referentes a identificação da unidade de descrição. 3.2 - Área de Contextualização, local onde se registra as informações referentes a proveniência e custódia da unidade de descrição, sua história administrativa ou biográfica, a história arquivística da unidade de descrição, sua procedência e a forma de aquisição da unidade de descrição. 3.3 – Área de Conteúdo e Estrutura, local onde se registra a informação sobre o conteúdo e a organização da unidade de descrição bem como a forma de classificação dos documentos da unidade de descrição. 3.4 – Área de Condições de Acesso e Uso, local onde se registra as informações referentes a acessibilidade da unidade de descrição. São registrados os meios legais pelo qual se pode ter acesso a unidade de descrição, bem como as características físicas e requisitos técnicos que podem vir a afetar a unidade de descrição no momento do manuseio e o idioma em que se encontra unidade de descrição. 3.5 – Área de Fontes Relacionadas, local onde se registram as informações referentes a outras unidades de descrição que podem ter alguma relação com a unidade de descrição primária, indicar a existência, localização e disponibilidade de cópias da unidade de descrição

e identificar quaisquer publicações que sejam sobre ou baseadas no uso, estudo ou análise da unidade de descrição. 3.6 – Área de Notas, local onde se registram informações sobre o estado de conservação da unidade de descrição, bem como qualquer outra informação pertinente que não tenha sido colocada ou não tenha-se enquadrado nas áreas anteriores. 3.7 – Área de Controle de Descrição, local onde se registra a informação sobre, onde, como e quem foi o responsável pela descrição da unidade.

Vale ressaltar que os 26 elementos abrangidos por esta norma podem ser utilizados, contudo, um conjunto de elementos são considerados obrigatórios para o intercâmbio internacional de informação descritiva:

- a) código de referência;
- b) título;
- c) produtor;
- d) data(s);
- e) dimensão da unidade de descrição; e
- f) nível de descrição.

Percebe-se que, a ISAD(G) enquanto uma norma de descrição arquivística, nas palavras de Gavilán (2009 p. 10 TRADUÇÃO NOSSA) “caracteriza-se por uma norma, com uma macroestrutura muito bem definida, toda via muito flexível em termos de nível de descrição, profundidade de descrição, detalhe da descrição dos diferentes elementos, etc.”

#### 4 - ANÁLISE DOCUMENTAL DE CONTEÚDO

O homem sempre procurou formas de registrar suas informações com o intuito de salvaguardá-las para gerações futuras. Toda via, para que isso ocorra, é preciso representar as informações dos textos, presentes nos documentos de arquivo.

Neste sentido surge a Análise Documental de Conteúdo que tem como procedimento à análise e extração dos conceitos de um documento de arquivo no intuito de condensar o documento para a sua posterior representação.

De acordo com Chaumier (1971, p. 15), assim conceitua a Análise Documental:

(...) uma operação, ou um conjunto de operações, que se destina a representar o conteúdo de um documento numa forma diferente da sua forma original, a fim de facilitar a consulta ou a referência num estágio anterior. (...)

Ressalta-se que a Análise Documental de Conteúdo, a âmbito nacional é subdividida em (2) duas fases: Analítica e Sintética.

Para efeitos deste trabalho abordaremos com mais ênfase a Fase Sintética da Análise Documental de Conteúdo, porém, será feita uma breve abordagem da fase Analítica.

Na fase Analítica, o documento passa por uma leitura técnica onde se identifica a forma a qual o texto é apresentado e de qual assunto se trata. Posteriormente, mas ainda na fase analítica, é feita a identificação dos conceitos mais importantes presentes nos documentos de arquivo, que serão palavras - chave para representação da informação.

Já na fase Sintética, o primeiro processo de análise documental é a síntese e trata-se da seleção dos conceitos existentes no documento. Abre-se um parêntese para explicar que a fase de síntese da análise documental, não se trata de uma criação de conceitos, e sim da identificação de conceitos já existentes no documento de arquivo. Esses conceitos podem ser classificados como: principais, do que se trata o documento; secundários, também é do que se trata o documento, porém com um olhar mais atento; e os periféricos, são as menções, observações, comentários.

A condensação é a segunda etapa de análise documental de conteúdo, e trata da elaboração de resumos, ou seja, trata-se de uma exposição sintetizada das

informações do documento, com a finalidade de transmitir uma ideia geral sobre seu sentido.

Para ser de boa qualidade, existem algumas particularidades devem ser levadas em consideração de acordo com Guimarães (2005), como: concisão, o máximo de informações sem ser extenso; palavras adequadas para a expressão dos conceitos; clareza e objetividade, sem contradições; ser capaz de dispensar a leitura do texto integralmente; fornecer apenas pontos relevantes e ser fiel ao texto original.

Tradução é a última fase da Análise Documental de Conteúdo. Trata-se da representação das informações do documento extraídos da Linguagem Natural, ou seja, a linguagem do documento para uma Linguagem Artificial, criada de acordo com os conceitos extraídos da informação do documento. Estes conceitos por sua vez, farão parte dos instrumentos de pesquisa, como por exemplo, catálogos, listas de cabeçalhos de assuntos, inventários, etc.

Estas etapas de análise documental de conteúdo são importantes na medida em que a informação pode ser encontrada em diversas formas de texto e as mesmas facilitam no sentido de dar um norte no momento de representar a informação proveniente de documentos de arquivos.

## 5. SEMÂNTICA TEXTUAL

A semântica é uma das várias áreas de estudo da linguística e muito embora haja uma pluralidade sobre o assunto, ou seja, vários tipos diferentes de semânticas, neste trabalho, nos deteremos ao campo da Semântica Textual.

Ao elaborar qualquer tipo de texto, devem-se destacar os principais elementos que o autor utilizará para a transmissão de ideias e assim elaborar as informações necessárias para a compreensão do interlocutor.

A produção de sentido no texto está inteiramente ligada à leitura e compreensão. Segundo Marcuschi (2003 p. 42) “a produção textual não é uma simples atividade de codificação e a leitura não é um processo de mera decodificação”, ou seja, o processo de criação de um texto e sua posterior leitura e interpretação, requer conhecimentos anteriores acerca do assunto em questão e sua análise implica compreender os significados de palavras e expressões e a finalidade para qual o texto foi criado.

A semântica textual preocupa-se com a construção do sentido do texto, ou seja, a informação dada encontra-se já na consciência dos interlocutores e servirá de ponto de apoio para a introdução de uma nova informação.

De acordo com (FAVERO; KOCH apud MARTINS, 2016), a semântica textual é uma vertente teórica da linguística textual, incumbida da análise e dos questionamentos sobre as regras válidas para a determinação dos signos verbais dentro do texto, de acordo com o contexto ao qual estão inseridos.

A linguística textual é uma área da linguística recém criada, inicialmente desenvolvida na Europa, especificamente na Alemanha, nos anos 60. Ela concentra seus estudos, como o próprio nome já diz, no texto. (FAVERO; KOCH, 2012).

O surgimento da linguística Textual, de acordo com Fávero e Koch (2012, p. 12) está ligado a:

“Lacunas das gramáticas de frases no tratamento de fenômenos tais como a correferência, pronominalização, a seleção dos artigos (definidos e indefinidos), a ordem das palavras no enunciado, a relação tópico-comentário, a entonação, as relações entre sentenças não ligadas por conjunções, a concordância dos tempos verbais e vários outros que só podem ser devidamente explicados em termos de um texto ou, então com referência a um contexto situacional”

A Linguística Textual parte do princípio de que o fazer, no caso o texto, é necessariamente acompanhada de processos de ordem cognitiva, ou seja, relativo a um processo mental de percepção, memória e raciocínio. De acordo com Koch (2004 p. 32), nessa abordagem “os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades da vida social, têm conhecimentos na memória que necessitam ser ativados para que a atividade seja coroada de sucesso”. A atividade em questão é a elaboração do texto.

A elaboração de qualquer texto depende não só das características internas do texto, mas também de conhecimentos prévios do assunto, de quem está elaborando-o, pois é esse conhecimento que define as estratégias a serem utilizadas na produção textual. Todo e qualquer processo de produção de textos são ligados a um dado contexto social e cultural, ou seja, a construção do sentido de um texto, sempre está ligada a um determinado contexto.

Entretanto, a linguística textual não surgiu com seu escopo teórico já definido, a mesma, como qualquer ciência, foi evoluindo com o passar do tempo. De acordo com Bonifácio e Maciel (2012, p. 11), tomando como base Bentes (2001 p.38) nos colocam a par desta evolução, afirmando que “na história da constituição da Linguística Textual não se pode ter com precisão uma sequência cronológica e homogênea no desenvolvimento das teorias da linguística do texto”, toda via, destacam-se três momentos de evolução teórica da Linguística Textual:

- 1º Fase: Transfrástica
- 2º Fase: As Gramáticas Textuais
- 3º Fase: Elaboração de uma Teoria do Texto

Neste trabalho, iremos focar na terceira fase da evolução da Linguística Textual que aborda a Teoria do Texto, toda via, faremos uma apresentação sucinta das duas primeiras fases.

Na primeira fase, a transfrástica, de acordo com Bonifácio e Maciel (2012 p. 20) tomando como base as palavras de Koch (2004 p. 54), “a primeira fase se deteve ao estudo dos mecanismos interfrásticos que fazem parte do sistema gramatical da língua, cujo uso possibilitaria a duas ou mais sequência ao estatuto do texto”, ou seja, tratava-se de um estudo de regras gramaticais e semânticas do texto.

Na segunda fase, a das Gramáticas Textuais, ainda de acordo com Bonifácio e Maciel (2012 p. 21), tomando como base as palavras de Marchuschi (1998 p. 32) “as gramáticas de texto introduziram, pela primeira vez, o texto como objeto de estudo na linguística, procurando estabelecer um sistema de regras finito e recorrente que seria partilhado por usuários da língua”, ou seja, o texto passa a ser estudado como um todo, todavia sem levar em consideração o interlocutor.

Como podemos ver nas duas primeiras fases da Linguística Textual o texto era estudado e analisado de forma isolada, não levando em conta contextos sociais, históricos e culturais.

Toda via, na terceira fase da Linguística Textual, Elaboração de uma Teoria do Texto, uma das formas como o texto passa ser explorado, parte de uma evolução diacrônica da língua, fazendo uma descrição das modificações sofridas por ela com o passar do tempo, assim:

A Linguística Textual ganha uma nova dimensão: já não se trata de pesquisar a língua como sistema autônomo, mas sim o seu funcionamento nos processos comunicativos de uma sociedade concreta. Passam a interessar os “textos-em-funções”. Isto é, os textos deixam de ser vistos como produtos acabados, que devem ser analisados sintática ou semanticamente, passando a ser considerados elementos constitutivos de uma atividade complexa, como instrumento realização de intenções comunicativas e sociais do falante (KOCH, 2006, p. 14).

A afirmação acima deixa claro uma mudança no paradigma da Linguística Textual, que passa a ter um caráter mais inclusivo, abrangendo não só as perspectivas linguísticas de regras sintáticas e semânticas da primeira fase ou o estudo do texto pelo texto sem levar em conta características externas, na segunda fase.

Na terceira fase, o texto passa a ser trabalhado dentro de contextos específicos, levando em conta características sociais, históricas e culturais, bem como a proveniência do interlocutor.

## **6 – PROCESSO DE DESCRIÇÃO: DIÁLOGOS ENTRE A SEMÂNTICA TEXTUAL, ANÁLISE DOCUMENTAL DE CONTEÚDO E ISAD(G)**

Os capítulos anteriores serviram de base para esta pesquisa, no intuito de fornecer base teórica para que possamos fazer uma ponte entre os campos de ciência da linguística e da informação.

Sendo a Semântica textual, uma vertente da Linguística Textual e a Análise Documental de Conteúdo um processo pertencente a área da ciência da informação, este capítulo se dedica a fazer um diálogo entre a terceira fase da Linguística Textual, baseada na Elaboração de uma Teoria do Texto e a fase Sintética da Análise Documental de Conteúdo. Procura-se também neste capítulo relacionar os seis elementos obrigatórios da Norma de descrição ISAD(G), pertencente ao campo da arquivologia, com a semântica textual e por último, pretendeu-se fazer um aparato geral, relacionando a análise documental de conteúdo, os elementos obrigatórios da norma de descrição ISAD(G) e a semântica textual.

Primeiramente é de entendimento desta pesquisa que o texto é o objeto de trabalho da análise documental de conteúdo, da ISAD(G) e da semântica textual, uma vez que as três abordam as formas de como o texto deverá ser concebido.

No que tange a Linguística Textual e a sua vertente, a Semântica Textual, o texto é abordado no que tange aos significados dos conceitos existentes no documento de arquivo, extraídos na fase sintética da análise documental, dentro do processo de síntese, tomando como base as informações presentes no documento de arquivo.

No processo de condensação da análise documental de conteúdo, fase sintética, é feita a elaboração de textos resumos que devem sintetizar as informações do documento, apresentado apenas uma pequena introdução informacional arquivística.

Nesse sentido a Semântica Textual auxiliaria no processo de formulação destes textos resumos, na medida em que se preocuparia em adotar palavras adequadas nas construções dos conceitos a serem resumidos.

Referente ao processo de tradução, dentro da fase sintética da análise documental, ao representar as informações do documento que estão em Linguagem Natural, produz-se uma Linguagem Artificial por parte do profissional arquivista.

Sendo assim, esta Linguagem Artificial, ganha materialidade por meio de um texto que será a representação da informação do documento de arquivo e a Semântica Textual ajudará na elaboração deste texto levando em conta características sociais, políticas e históricas do documento de arquivo.

A seguir apresenta-se um quadro explicativo que aborda a Linguística Textual e sua terceira fase, bem como sua vertente a Semântica Textual em relação a Análise Documental de Conteúdo:

**Quadro 01 – Análise Documental de Conteúdo e a Linguística textual**

<b>Análise Documental de Conteúdo Fase Sintética</b>	<b>Linguística Textual Semântica Textual 3º Fase: Elaboração da Teoria do Texto</b>
Processo de Síntese: Seleção de Conceitos existentes no Documento.	A semântica Textual agrega ao processo de Síntese, na medida em que é preciso entender os significados dos conceitos a serem selecionados
Processo de Condensação: Elaboração de Resumos que sintetizem as informações do documento.	A Semântica Textual ajudaria no processo de formulação dos resumos, preocupando-se em encontrar palavras adequadas que representassem as ideias dos conceitos contidas no documento.
Processo de Tradução: Representar as informações do documento, que estão em Linguagem Natural, ou seja, Linguagem do Documento, em Linguagem Artificial, ou seja, uma linguagem mais acessível	A Semântica Textual colaboraria na elaboração do texto que será a representação da informação levando em conta características sociais, políticas e históricas do documento de arquivo.

**Fonte:** Elaborado pelo autor

No que concerna a norma ISAD(G), a semântica textual auxilia no momento de usar a norma para descrever unidades de descrição, uma vez que, embora haja 26 elementos a serem preenchidos na ISAD(G), os 6 (seis) elementos obrigatórios principais da norma, com algumas exceções, tem forte relação com a semântica textual e sua fase da teoria geral do texto.

A seguir apresenta-se um quadro explicativo, relacionando, quando possível, os 6 elementos obrigatórios da ISAD(G) em relação a teoria geral do texto, proveniente da semântica textual, área da linguística textual:

**Quadro 2:** Elementos essenciais da ISAD(G) e a Linguística Textual

<b>Elementos Essenciais da ISAD(G)</b>	<b>Linguística Textual Semântica Textual 3º Fase: Elaboração da Teoria do Texto</b>
<p>Código de Referência: Objetivo: Identificar de maneira específica a unidade de descrição e estabelecer uma ligação com a descrição que a representa. Regra(s): Registre, conforme for necessário para a identificação específica, os seguintes elementos: o código do país, de acordo com a última versão da ISO 3166 Codes for the representation of names of countries; o código do detentor, de acordo com a norma nacional de código de detentor ou outro identificador específico de localização; um específico código de referência local, número de controle ou outro identificador único. Todos os três elementos devem estar presentes para o propósito de troca de informação em nível internacional.</p>	<p>NÃO SE APLICA</p> <p>Por se tratar de códigos numéricos usados para a identificação de área de países, a semântica textual não agrega a este elemento de descrição da norma, uma vez que a mesma, relaciona-se a caráter linguísticos.</p>
<p>Título: Objetivo: Nomear a unidade de descrição. Regra(s): Forneça o título formal ou um título atribuído conciso, de acordo com as regras de descrição multinível e as convenções nacionais. Se apropriado, abrevie um título formal extenso, mas somente se isso não levar à perda de informação essencial. Para títulos atribuídos, inclua, no nível mais alto, o nome do produtor dos documentos. Nos níveis mais baixos, pode-se incluir, por exemplo, o nome do autor do documento e um termo indicativo da forma do material compreendido pela unidade de descrição e, quando adequado, uma frase explicitando a função, a atividade, o assunto, a localização ou o tema. Estabeleça distinção entre títulos formais e atribuídos, de acordo com convenções nacionais ou linguísticas.</p>	<p>Ao fornecer um título é preciso ter em mente que o mesmo deve sintetizar bem o significado da unidade que se está descrevendo. Neste ponto a semântica textual fornece subsídios para uma correta nomeação do título referente a unidade de descrição em que será aplicada a norma ISAD(G). Evita-se com isso perdas de informações essenciais ou possíveis redundâncias referentes a outras unidades informacionais de descrição. Destarte também evita que informações desnecessárias sejam representadas no título, ocasionando futuramente uma perda de tempo no momento de recuperação da informação.</p>
<p>Produtor: Objetivo: Identificar o(s) produtor(es) da unidade de descrição Regra(s): Indique o nome da(s) organização(ões) ou da(s) pessoa(s) responsável(is) pela produção, acumulação e manutenção dos documentos da unidade de descrição. O nome deve ser registrado de uma forma normalizada, como prescrito por</p>	<p>Identificar o(s) produtor(es) da unidade documental a ser representada serve como um ponto de partida para a descrição da informação. Toda via a identificação destes produtores perpassa não somente pelo conhecimento arquivístico do processo de descrição, mas também por um conhecimento cognitivo de percepção, memória e raciocínio, ou seja, um conhecimento anterior do que se está identificando bem como de seus produtores,</p>

<p>convenções nacionais ou internacionais, de acordo com os princípios da ISAAR(CPF).</p>	<p>e sua análise implica compreender os significados de palavras e expressões e a finalidade para qual o texto será criado.</p>
<p>Data(s): Objetivo: Identificar e registrar a(s) data(s) da unidade de descrição. Regra(s): Registre ao menos um dos seguintes tipos de data para a unidade de descrição, conforme seja apropriado aos documentos e ao nível de descrição.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Data(s) de acumulação dos documentos no decurso de atividades públicas ou privadas do produtor.</li> <li>2. Data(s) de produção dos documentos. Isto inclui datas de cópias, edições, versões, anexos ou originais de itens documentais gerados antes de terem sido acumulados como documentos de arquivo.</li> </ol> <p>Identifique o(s) tipo(s) de data(s) registrada(s). Outras datas podem ser fornecidas e identificadas de acordo com convenções nacionais.</p> <p>Registre uma data única ou datas-limite, como for conveniente. As datas-limite devem ser sempre inclusivas, a menos que a unidade de descrição seja um sistema de arquivamento (ou dele faça parte) em uso ativo.</p>	<p>NÃO SE APLICA</p> <p>Por se tratar de uma representação de datas relacionadas a criação, acumulação, produção, manutenção ou qualquer outra data importante que ajude na identificação e descrição da unidade documental, e a necessidade de desta representação ser feita de forma numérica, a semântica textual não agrega a este elemento de descrição da ISAD(G).</p>
<p>Dimensão da Unidade de Descrição: Objetivo: Identificar e registrar</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a. a dimensão física ou lógica e</li> <li>b. o suporte da unidade de descrição.</li> </ol> <p>Regras: Registre a dimensão da unidade de descrição indicando o número de unidades físicas ou lógicas em algarismos arábicos e a unidade de medida. Indique o(s) suporte(s) específico(s) da unidade de descrição. Alternativamente, forneça a metragem linear ou cúbica ocupada pela unidade de descrição. Caso a dimensão da unidade de descrição seja indicada em metros lineares e seja desejável informação adicional, registre-a entre parênteses.</p>	<p>NÃO SE APLICA</p> <p>Por se tratar de dimensionamento físico da unidade de descrição, a mesma necessariamente deve ser representada de forma numérica, atribuindo determinado valor específico mediante a metragem das unidades de descrição a serem representadas. Assim sendo, a semântica textual não auxiliaria nesse elemento de descrição da unidade documental, uma vez que, é preciso haver um conjunto de signos linguísticos e serem analisados e identificados pela linguística textual.</p>
<p>Nível de Descrição: Objetivo: Identificar o nível de organização da unidade de descrição. Regra(s): Registre o nível desta unidade de descrição.</p>	<p>É preciso entender o significado de cada unidade de descrição existente dentro do nível de organização. Logo a Semântica Textual colaboraria no sentido de identificar a unidade de descrição a ser representada, após uma leitura cuidadosa no(s) texto(s)</p>

Exemplos: Fundo Seção Série Subsérie Dossiê/Processo Item documental	presente(s) no(s) suporte(s) informacionais, levando em conta a relevância de cada unidade de descrição.
--	--

**Fonte:** Elaborada pelo autor

Como demonstrado no quadro acima, a relação entre a norma ISAD(G) e semântica textual é bastante pertinente.

Ao relacionarmos os seis elementos obrigatórios da ISAG(G), percebemos que 3 (três) elementos, os quais são título, produtor e nível de descrição estão em consonância com a linguística textual, e por conseguinte, com a semântica textual e sua terceira fase, a elaboração da teoria do texto. Esta relação só possível porque, ao descrever esses 3 (três) elementos com textos, fazemos usos de signos linguísticos e é preciso entender o significado destes.

Os 3 (três) outros elementos, a saber, código de referência, datas e dimensão da unidade de descrição, não tem relação com semântica textual, haja vista que para descrever estes elementos, não fazemos uso de signos linguísticos, mas sim de formas numéricas.

Os primeiros 2 (dois) quadros informativos, demonstram a relação existente, de forma sucinta e direta, da análise documental de conteúdo e da semântica textual, bem como da norma de descrição ISAD(G) e a semântica textual.

O quadro a seguir, propõem fazer uma relação direta entre a análise documental de conteúdo, elementos obrigatórios da norma de descrição ISAD(G) e a semântica textual e sua fase de elaboração da teoria do texto.

É preciso deixar claro que para efeitos desta relação, não será levado em conta os 3 (três) elementos obrigatórios da norma de descrição ISAD(G), código de referência, datas e dimensão da unidade de descrição, já que nenhum destes possui relação com a semântica textual ou análise documental de conteúdo, pois essas ultimas, tem no texto seu objeto de trabalho e os três elementos obrigatórios da ISAD(G) citados acima, são representados por intermédio de formas numéricas.

**Quadro 3:** Análise Documental de Conteúdo, Elementos essenciais da ISAD(G) e Linguística textual

<b>Análise Documental de Conteúdo</b>	<b>Elementos Obrigatórios da ISAD(G)</b>	<b>Linguística Textual Semântica Textual 3º Fase: Elaboração da Teoria do Texto</b>
<p>Processo de Síntese: Seleção de Conceitos existentes no Documento.</p>	<p>Título: Objetivo: Nomear a unidade de descrição. Regra(s): Forneça o título formal ou um título atribuído conciso, de acordo com as regras de descrição multinível e as convenções nacionais. Se apropriado, abrevie um título formal extenso, mas somente se isso não levar à perda de informação essencial. Para títulos atribuídos, inclua, no nível mais alto, o nome do produtor dos documentos. Nos níveis mais baixos, pode-se incluir, por exemplo, o nome do autor do documento e um termo indicativo da forma do material compreendido pela unidade de descrição e, quando adequado, uma frase explicitando a função, a atividade, o assunto, a localização ou o tema. Estabeleça distinção entre títulos formais e atribuídos, de acordo com convenções nacionais ou linguísticas.</p>	<p>Ao nomear uma unidade de descrição é necessário encontrar conceitos existentes na própria unidade, afim de encontrar as palavras mais adequadas que representem e descrevam a unidade de informação pertinente. Nesse sentido, a semântica textual ajudaria na identificação e escolha destes conceitos ao analisá-los de forma calma e atenta, no intuito de evitar uma equivocada escolha de palavras que podem levar a casos de ambiguidade ou polissemia, o que dificultaria uma posterior recuperação da informação.</p>
<p>Processo de Condensação: Elaboração de Resumos que sintetizem as informações do documento.</p>	<p>Produtor: Objetivo: Identificar o(s) produtor(es) da unidade de descrição Regra(s): Indique o nome da(s) organização(ões) ou da(s) pessoa(s) responsável(is) pela produção, acumulação e manutenção dos documentos da unidade de descrição. O nome deve ser registrado de uma forma normalizada, como prescrito por convenções nacionais ou</p>	<p>Partindo da identificação dos produtores da unidade de descrição a ser representada e com base em conhecimentos prévios destes produtores é possível por meio da semântica textual a escolha mais adequada das palavras na elaboração dos resumos que sintetizem de forma correta e concisa as informações da unidade de descrição.</p>

	internacionais, de acordo com os princípios da ISAAR(CPF).	
Processo de Tradução: Representar as informações do documento, que estão em Linguagem Natural, ou seja, Linguagem do Documento, em Linguagem Artificial, ou seja, uma linguagem mais acessível	Nível de Descrição: Objetivo: Identificar o nível de organização da unidade de descrição. Regra(s): Registre o nível desta unidade de descrição. Exemplos: Fundo Seção Série Subsérie Dossiê/Processo Item documental	Levando em conta caráter social, político e histórico, a semântica textual ajudaria a identificar e traduzir da forma mais adequada possível a unidade de descrição a ser analisada, respeitando sempre seu nível de organização

**Fonte:** Elaborada pelo autor

Como podemos ver a relação entre a análise documental de conteúdo, ISAD(G) e linguística textual é tênue na medida em que as 3 (três) áreas de conhecimento interagem entre si, fornecendo subsídios para uma forma mais fácil e correta de descrição do documento de arquivo.

O Processo de síntese, proveniente da análise documental de conteúdo relaciona-se de forma direta no momento de nomear um título (elemento obrigatório da ISAD(G)) para uma determinada unidade de descrição, para tanto a semântica textual auxiliaria na identificação e escolha dos conceitos, decorrentes do processo de síntese, procurando sempre os significados mais adequados e pertinentes relacionados a unidade de descrição.

No processo de condensação, são elaborados os resumos que devem sintetizar as informações da unidade de descrição, partindo de uma identificação dos produtores destas unidades, tomando como base a semântica textual, ou seja, a teoria geral do texto, que aponta para um conhecimento prévio de informações relacionadas tanto a unidade de descrição, quanto aos seus produtores, possibilitando assim, a escolha mais adequada de palavras no momento da elaboração dos resumos.

No tocante do processo de tradução, ao Representarmos as informações do documento, que estão em Linguagem Natural, ou seja, Linguagem do Documento, em Linguagem Artificial, ou seja, uma linguagem de mais fácil compreensão, a identificação do nível de descrição é importante, para entendermos a relevância da unidade documental de descrição e tomando como base a semântica textual, a

mesma, ajudaria a identificar e traduzir da forma mais adequada possível a unidade de descrição a ser analisada, respeitando sempre seu nível de organização, bem como suas características, sociais, político e históricas.

Não foi alvo deste trabalho, discutir as origens da relação de proximidade entre os métodos ora debatidos, pretendeu-se apenas alavancar as formas de como se dá as relações de trabalho entre as partes, focando na harmonia teórica que há entre as mesmas.

## 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro momento, este trabalho apresentou a ciência da informação e sua relação com outras áreas do conhecimento em especial a arquivologia.

Abordou-se como se deu o nascimento e ascensão da ciência da informação e sua posterior relação com outras áreas do conhecimento, levando em conta afirmações de teóricos da área como Sarecevic (1996), Almeida, Barros e Bittencour (2007) que defendem que a ciência da informação possui um caráter interdisciplinar e que de acordo com Silva (2008) devido a constante evolução da sociedade, a ciência da informação nasce em meio a uma complexa e tumultuada sociedade que possui problemas sociais, políticos, econômicos e históricos muito mais desafiadores do que da época anterior. Araújo (2011) nos coloca a par da relação direta entre a ciência da informação e a arquivologia, ao informar que graças ao progresso que a ciência da informação obteve dentro das instituições de ensino, sobretudo, das universidades brasileiras, foi possível a abertura de caminho para a arquivologia.

A seguir procurou-se discorrer sobre a arquivologia e a gestão de documentos, tendo como ênfase, uma de suas etapas atreladas ao fazer arquivístico, a descrição. Especialistas da área como Herrera (1991) defendem a importância do profissional arquivista na etapa de descrição do documento de arquivo e Lopez (2002) nos diz que a etapa de descrição precisa ser feito em consonância a etapa de classificação, no intuito de garantir a forma mais correta e pertinente de ambas as etapas. A ISAD(G) foi a norma de descrição escolhida, entre as várias citadas por esse trabalho, para aplicação da relação com as demais áreas abordadas.

O tópico sobre análise documental de conteúdo procurou informar sobre as etapas e processo de suas análises, tendo como foco a fase sintética e seus processos. Usou-se como base o teórico Chaumier (1971) que defende a utilização de um conjunto de operações, que seria a análise documental de conteúdo, com o objetivo de simplificar e facilitar a procura de informações.

Sobre a linguística textual/semântica textual, este trabalho levantou histórico e teorias e acerca de suas fases de evolução baseando-se em teóricos como Marchuschi (1998) e Koch (2006) que defendem a evolução da linguística textual, no sentido de abarcar o texto, não apenas como um amontoado de signos e significados, mas sim, como um resultado do conhecimento prévio de determinado, levando em conta as características sociais, políticas e históricas do texto.

Por último e não menos importante este trabalho teve o intuito de relacionar a Análise Documental de Conteúdo, a norma de descrição ISAD(G) e semântica textual, no sentido de aproximar saberes e promover conexões entre áreas tão distintas, mas que aproximam em teoria e promovem uma acalorada discussão sobre novas formas de conceber a questão da interdisciplinaridade no campo da ciência da informação.

## REFERENCIAS

ALMEIDA, Carlos c. de; BASTOS, Flávia Maria; BITTENCOUR, Fernando. Uma Leitura Dos Fundamentos Históricos – Sociais da Ciência da Informação. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**. V. 6, n 1, p 68-69, 2007.

BENTES, A.C. A Linguística Textual. **In**: Introdução a Linguística: domínios e fronteiras. V. 2. São Paulo: Cortez, 2001.

BICALHO, Lucinéia; OLIVEIRA, de Marlene. A Teoria e a Prática da Interdisciplinaridade em Ciência da Informação. 2011.

BONIFÁCIO, Carla Alecsandra de Melo; MACIEL, João Wandenberg Gonçalves. Disponível em Biblioteca Virtual da UFPB (Universidade Federal da Paraíba). <http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/linguisticatextual//>. Acesso em 14 abr de 2019.

BRASIL. Lei 8159/91 | Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

CHAUMIER, J. **As técnicas documentais**. Tradução de Jorge de Sampaio. Lisboa: PEA, 1971.

COSTA, Eliandro dos Santos, MADIO, Telma Campanha de Carvalho; PADRÓN, Dunial Llanes. **Normalização de Descrição Arquivística**: Estudo Comparativo entre NOBRADE e a ODA; Congresso Nacional de Arquivologia – CNA, 7; 2016, Fortaleza. Anais Eletrônicos. Revista Analisando em Ciência da Informação – RACIN, João Pessoa, V 4, n especial; p. 446 – 460, out. 2016. Disponível em <<http://racin.arquivologiauepb.com.br//>> Acesso em 14/04/2019

Dicionário de Terminologia Arquivística. São Paulo. Associação dos Arquivistas Brasileiros (Núcleo Regional de São Paulo); Secretaria de Estado e Cultura, 1996.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. **Linguística Textual**: introdução. – 10. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, Gustavo Henrique; Ciência da Informação: Temática, Histórias e Fundamentos. **In** Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, V. 11. N. 1 , p. 6 -19. Jan/Abr 2006

GAVILÁN, César Martín; Temas de Biblioteconomía: Descripción archivística: guías, inventarios, catálogos e índices La norma ISAD(G). 11/03/2009

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística General**: Teoria y práctica. Sevilla: Disputacion de Sevilla, 1991.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. Dicionário Básico de Filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à Linguística Textual: Trajetória e grandes temas.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como Descrever Documentos de Arquivo: Elaboração de Instrumentos de Pesquisa.** São Paulo: AESP/IMESP, 2002 (Projeto Como Fazer)

MARCHUSCHI, Luiz Antônio. **Aspectos Linguísticos, sociais e cognitivos da produção do sentido.** 1998. São Paulo.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para escrita: atividades de retextualização.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINS, W. R. **A representação arquivística na tradição brasileira: subsídios para elaboração de um modelo ideal de ensino por meio da semântica textual.** 2016. 60 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). – Faculdade de Arquivologia, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará. 2016.

NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA. **NOBRADE.** Rio de Janeiro. 2006.

PAES, Marilena Leite; **Arquivo: Teoria e Prática.** 3º Edição – Rio de Janeiro. Editora FGV, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística.** Glossário. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SERACEVIC, Tefko. **Ciência Da Informação: Origem, Evolução e Relações. Perspectivas em Ciência da Informação.** V 1, n1, 1996.

SILVA, T. E (org). **Interdisciplinaridade e Transversalidade em Ciência da Informação.** Recife. 2008.